**O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização das Nações Unidas (ONU)**

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é uma agência da Organização das Nações Unidas (ONU) dedicada à promoção do desenvolvimento sustentável e à erradicação da pobreza em todo o mundo. Com sede em Nova York, o PNUD atua em mais de 170 países e territórios, oferecendo suporte técnico e financeiro para a implementação de políticas públicas que visam melhorar a qualidade de vida das populações mais vulneráveis.

**Objetivos e Mandato**

O principal mandato do PNUD é promover o desenvolvimento humano sustentável, que envolve a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades e a exclusão social. Para alcançar esses objetivos, o PNUD trabalha em estreita colaboração com governos, sociedade civil, setor privado e outras agências da ONU. Entre suas principais áreas de atuação estão:

Erradicação da Pobreza: Implementação de programas que visam reduzir a pobreza extrema e melhorar as condições de vida das populações mais vulneráveis. Desigualdade e Exclusão Social: Desenvolvimento de políticas que promovam a inclusão social e a igualdade de oportunidades para todos. Desenvolvimento Sustentável: Apoio a iniciativas que promovam o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente. Governança Democrática: Fortalecimento das instituições democráticas e promoção da transparência e da participação do cidadão.

**Estrutura e Funcionamento**

O PNUD é financiado por contribuições voluntárias de países membros da ONU e de outras fontes, como o setor privado e organizações não governamentais. A agência é liderada por um Administrador, que é nomeado pelo Secretário-Geral da ONU e aprovado pela Assembleia Geral.

No Brasil, o PNUD atua em parceria com o governo federal, estados, municípios, sociedade civil e setor privado para implementar projetos que visam o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades. A atuação do PNUD no país está alinhada com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são um conjunto de metas globais estabelecidas pela ONU para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir a prosperidade para todos. O PNUD desempenha um papel crucial na promoção do desenvolvimento sustentável e na erradicação da pobreza em todo o mundo. Através de suas parcerias e iniciativas, a agência contribui para a construção de um futuro mais justo e equitativo para todos. A atuação do PNUD no Brasil é um exemplo de como a cooperação internacional pode gerar resultados concretos e duradouros em prol do desenvolvimento humano

**CNJ**

Fortalecer capacidades do Poder Judiciário para a promoção de direitos humanos, socioambientais e do acesso à Justiça por populações estruturalmente vulnerabilizadas está no cerne de novo projeto de cooperação firmado entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o PNUD. A iniciativa passa a compor o leque de projetos entre as duas instituições que inclui, entre outras, ações voltadas à inovação e à transformação digital por meio do Programa Justiça 4.0 e à promoção de mudanças no campo da privação de liberdade por meio do Fazendo Justiça.

De acordo com a juíza auxiliar da presidência do CNJ responsável pelo projeto, Karen Luise Vilanova Batista de Souza, “o projeto, ao estar intrinsecamente alinhado com a estratégia do CNJ de promoção da garantia dos direitos fundamentais, deve trabalhar efetivamente para romper barreiras de acesso às estruturas e instituições da Justiça, causadas por desigualdades estruturais”.

A gerente da unidade gestora do projeto no PNUD, Julia Matravolgyi, destaca que são muitas as ações que compõem as parcerias com o CNJ no tema do acesso à Justiça: “No âmbito do Programa Justiça 4.0, por exemplo, temos trabalhado na perspectiva de que inovação e a tecnologia fortalecem a efetividade na prestação jurisdicional para toda a sociedade brasileira. Considerando que no Brasil as populações estruturalmente vulnerabilizadas ainda encontram barreiras de acesso à Justiça, estamos confiantes de que essa nova parceria com o CNJ, dedicada especificamente ao acesso à justiça para populações vulnerabilizadas, nos aproximará ainda mais do alcance das metas da Agenda 2030, especialmente do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16, que busca promover o acesso universal à justiça e a construção de instituições responsáveis e eficazes.”

Alinhado com Estratégia 2021-2026 do CNJ que prevê, dentre outros valores, “garantir que a atuação se harmonize com a proteção dos direitos fundamentais, especialmente a igualdade e o acesso à prestação jurisdicional”, o enfoque de implementação do projeto será a promoção do acesso à Justiça de grupos populacionais em vulnerabilidade, por meio de fortalecimento institucional, novas metodologias e ações piloto, da realização de diagnósticos, da mobilização de estratégias técnicas, de capacitação, entre outras.

Considerando as especificidades dos diferentes grupos populacionais aos quais se destina a iniciativa, o projeto terá ações focadas nas necessidades de crianças e adolescentes em situação de abrigamento, mulheres, pessoas LGBTQIA+, populações indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, pessoas em situação de rua, idosos e pessoas com deficiência, famílias de pessoas desaparecidas, bem como aquelas vulnerabilizadas por questões socioambientais e raciais. O projeto considera também a interseccionalidade dos diferentes públicos e, por isso, prevê uma abordagem conectada às especificidades de cada tipo de opressão e das conexões entre elas, com iniciativas relacionadas aos direitos humanos e com priorização do enfrentamento ao racismo.

**Objetivos e Mandato**

O principal mandato do PNUD é promover o desenvolvimento humano sustentável, que envolve a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades e a exclusão social. Para alcançar esses objetivos, o PNUD trabalha em estreita colaboração com governos, sociedade civil, setor privado e outras agências da ONU. Entre suas principais áreas de atuação estão:

Erradicação da Pobreza: Implementação de programas que visam reduzir a pobreza extrema e melhorar as condições de vida das populações mais vulneráveis. Desigualdade e Exclusão Social: Desenvolvimento de políticas que promovam a inclusão social e a igualdade de oportunidades para todos. Desenvolvimento Sustentável: Apoio a iniciativas que promovam o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente. Governança Democrática: Fortalecimento das instituições democráticas e promoção da transparência e da participação do cidadão.

**Estrutura e Funcionamento**

O PNUD é financiado por contribuições voluntárias de países membros da ONU e de outras fontes, como o setor privado e organizações não governamentais. A agência é liderada por um Administrador, que é nomeado pelo Secretário-Geral da ONU e aprovado pela Assembleia Geral.

No Brasil, o PNUD atua em parceria com o governo federal, estados, municípios, sociedade civil e setor privado para implementar projetos que visam o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades. A atuação do PNUD no país está alinhada com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são um conjunto de metas globais estabelecidas pela ONU para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir a prosperidade para todos. O PNUD desempenha um papel crucial na promoção do desenvolvimento sustentável e na erradicação da pobreza em todo o mundo. Através de suas parcerias e iniciativas, a agência contribui para a construção de um futuro mais justo e equitativo para todos. A atuação do PNUD no Brasil é um exemplo de como a cooperação internacional pode gerar resultados concretos e duradouros em prol do desenvolvimento humano

**CNJ e PNUD: Parceria em Prol dos Direitos Humanos e Acesso à Justiça no Brasil**

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) têm se destacado por suas iniciativas de colaboração, focando no fortalecimento do sistema de justiça e no acesso a direitos fundamentais para populações vulneráveis no Brasil. Essa parceria tem como objetivo desenvolver projetos e ações voltadas ao aprimoramento da justiça no país, com ênfase na promoção de direitos humanos, igualdade e justiça social.

**O que é o CNJ?** O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é um órgão brasileiro criado pela Emenda Constitucional nº 45 de 2004, com a missão de garantir a autonomia e a eficiência do Poder Judiciário, além de promover a transparência e o controle da atuação judicial. O CNJ tem diversas responsabilidades, incluindo a normatização, a fiscalização da atividade judicial e a promoção de reformas que assegurem o bom funcionamento do sistema judiciário no Brasil. Através de suas ações, o CNJ busca assegurar que o sistema de justiça seja acessível a todos os cidadãos, sem distinção de classe social, etnia ou qualquer outro fator discriminatório.

Uma das grandes preocupações do CNJ é a inclusão e o atendimento às populações mais vulneráveis, como as que vivem em situações de violência, exclusão social ou marginalização. O CNJ atua em projetos que visam aprimorar a prestação de serviços judiciais, além de promover a capacitação de juízes e servidores para lidar com questões sensíveis relacionadas aos direitos humanos e à justiça social.

**O que é o PNUD?** O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é uma agência da ONU que tem como principal missão apoiar os países na busca pelo desenvolvimento humano sustentável, com foco na erradicação da pobreza, na proteção do meio ambiente e no fortalecimento das capacidades locais para a promoção de políticas públicas eficazes. O PNUD tem uma atuação global e trabalha ao lado de governos, sociedade civil e outros parceiros para promover soluções que atendam às necessidades locais, promovendo um desenvolvimento inclusivo e sustentável.

No Brasil, o PNUD tem colaborado em diversas frentes, apoiando projetos em áreas como governança, segurança pública, meio ambiente e, especialmente, no fortalecimento do sistema judiciário e na promoção de direitos humanos. Suas ações no país estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da ONU, que visam garantir a justiça, a paz e a redução das desigualdades.

**A Parceria entre o CNJ e o PNUD** A colaboração entre o CNJ e o PNUD visa promover mudanças significativas no sistema judiciário brasileiro, com ênfase na inclusão social, no acesso à justiça e na proteção dos direitos humanos. Essa parceria resulta em projetos estratégicos que visam não apenas aumentar a eficiência do Judiciário, mas também torná-lo mais acessível e justo, especialmente para as populações mais vulneráveis.

Um dos principais projetos da parceria é o Fazendo Justiça, que foca na melhoria das condições de pessoas em situação de privação de liberdade e na garantia de direitos fundamentais para essas pessoas. Este projeto atua para garantir que os direitos dos detentos sejam respeitados, ao mesmo tempo em que contribui para a reintegração social e o acesso à justiça. Além disso, o projeto promove mudanças na gestão das unidades prisionais e no tratamento de grupos específicos, como mulheres, jovens em conflito com a lei e povos indígenas.

Outro destaque da parceria é o Justiça 4.0, que visa promover a transformação digital no Judiciário, utilizando novas tecnologias para otimizar o acesso à justiça, tornando-o mais rápido, transparente e acessível para todos. A transformação digital tem o potencial de reduzir barreiras burocráticas e aumentar a inclusão, especialmente para aqueles que enfrentam dificuldades geográficas ou financeiras para acessar o sistema judiciário.

**Impacto e Resultados** Os resultados dessas iniciativas têm sido expressivos. O fortalecimento do sistema judiciário, por meio da capacitação de juízes e servidores, e a implementação de práticas inovadoras tem permitido que mais cidadãos, especialmente os mais vulneráveis, possam acessar a justiça de maneira efetiva. A interseccionalidade, que é o entendimento de que indivíduos podem sofrer múltiplas formas de discriminação ao mesmo tempo (como raça, gênero, classe social, etc.), é um princípio norteador dessas ações, garantindo uma abordagem mais justa e equitativa.

Além disso, a colaboração entre o CNJ e o PNUD contribui diretamente para o cumprimento de compromissos internacionais do Brasil, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, em particular o ODS 16, que busca promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes e responsáveis.

**Conclusão** A parceria entre o CNJ e o PNUD é um exemplo claro de como a cooperação internacional e o trabalho conjunto entre diferentes instituições podem gerar resultados positivos no fortalecimento do sistema judiciário e na promoção dos direitos humanos no Brasil. Com projetos inovadores e focados na inclusão social, essas duas instituições desempenham um papel crucial na melhoria do acesso à justiça e no combate às desigualdades que ainda persistem no país.

**Referências:**

UNDP. PNUD e CNJ assinam projeto focado em direitos humanos e acesso à Justiça. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/news/pnud-e-cnj-assinam-projeto-focado-em-direitos-humanos-e-acesso-justica>.

UNDP. Sobre o PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/sobre-o-pnud>.

WIKIPEDIA. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Wikipedia, a enciclopédia livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Programa_das_Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas_para_o_Desenvolvimento>.

UNDP. O PNUD e a ONU. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/o-pnud-e-onu>